



## GT – 15: Práticas culturais na produção da cidade

### AS NARRATIVAS URBANAS COMO FERRAMENTA DE LEITURA ESPACIAL:

#### Memória, patrimônio e as evidências de um campo discursivo em disputa na Pequena África

*Carlos Eduardo Cesário Lemos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
carlosclamos@gmail.com*

**RESUMO:** O presente artigo examina as narrativas urbanas que surgem do embate entre as intervenções do Projeto Porto Maravilha e as comunidades da Pequena África no centro do Rio de Janeiro. Entre as estratégias de revitalização e as práticas sociais vigentes da população residente, compreende-se como essas narrativas refletem e influenciam as dinâmicas de poder, identidade e territorialidade no contexto urbano contemporâneo, sendo uma ferramenta de leitura espacial. Para isso, o texto também recorre à memória coletiva e aos patrimônios para compreensão mais ampla das complexidades das transformações urbanas no campo discursivo, especialmente em face da ascendência do capital financeiro global e da hegemonia neoliberal.

**Palavras-chave:** Narrativas Urbanas; memória; patrimônio.

### 1. INTRODUÇÃO

---

Diante do processo de globalização acentuado e da hegemonia do capital bancário-financeiro-global, há em curso uma mudança nas atribuições dos governos locais e metropolitanos no tocante à administração das cidades. Na tentativa de angariar mais investimentos transnacionais, a forma de gestão dos centros urbanos se aproxima das diretrizes de uma empresa, o chamado empreendedorismo urbano. Nesse sentido, as cidades entram em uma competição que extrapola suas fronteiras nacionais, a fim de promoverem intervenções locais em seus aparatos urbanos e, dessa forma, se capacitarem na corrida pela

atração do capital financeiro e globalizado. Os governos metropolitanos, assim, selam parcerias público-privadas (PPPs) buscando promover transformações urbanas, revestidas de discursos de melhorias para a população.

No entanto, essas transformações, que acabam culminando em processos de gentrificação, sob a proposta de “revitalizar” esses centros urbanos ditos deteriorados, entram em conflito com as identidades socioespaciais pré-estabelecidas. Por um lado, temos a tentativa de implementar uma nova proposta de gestão empreendedora do espaço urbano, a fim de capturar a infraestrutura disponível e gerar lucro com aquilo que é público. Já por outro, dá-se um contramovimento, que busca preservar as memórias locais e os registros na paisagem da cultura criada no cotidiano, vislumbrada em seus patrimônios. A promoção de remoções das populações residentes a fim de levantar novos empreendimentos que servirão à outros mercados consumidores e classes mais abastadas colocam em xeque as intervenções urbanas e suas consequências.

Sendo assim, observa-se um ponto de tensão promovido pelas transformações advindas da hegemonia neoliberal e a disputa desses territórios pelos movimentos sociais que entendem a prática urbana como não homogênea, ou que não serve à proposta de homogeneização dos espaços para a competitividade das cidades em escala global. Aqui, é interessante observar os discursos que são construídos e proferidos a fim de gerar debates que pretendem convencer a sociedade civil sobre a veracidade e efetividade de sua argumentação. Nesse embate, temos um campo discursivo onde as narrativas urbanas entram em disputa.

Ao analisar o campo discursivo onde as tensões entre o Porto Maravilha e a Pequena África entram em embate, o presente artigo propõe-se entender as narrativas urbanas como uma ferramenta de leitura espacial, examinando como os discursos oficiais, midiáticos e dos movimentos sociais constroem e contestam as representações do espaço urbano. Evidencia-se os termos “revitalização” e “reabilitação”, caros nesse processo, e suas implicações gerais no centro do Rio de Janeiro para seus moradores e frequentadores.

Para isso, num primeiro momento, buscamos desvendar, sob a ótica teórica de Michel Foucault, James Duncan e Stuart Hall, o que são as narrativas urbanas e como elas serão aplicadas enquanto procedimento metodológico. Como forma de embasar as narrativas urbanas, num segundo momento, trabalharemos as memórias e os patrimônios como pontos-chave para desencadear as construções identitárias e suas territorialidades. Por fim, num

terceiro momento, examinaremos como essas narrativas são construídas e contestadas por meio do discurso oficial do governo, da mídia e das práticas locais dos movimentos sociais.

## **2. MAS, AFINAL, O QUE SÃO AS NARRATIVAS URBANAS?**

---

Em uma breve pesquisa pelas principais ferramentas de busca acadêmica, é possível encontrar diferentes definições para o que está sendo convencionado a chamar de narrativas urbanas. Entre os principais eixos de abordagem, destaco três: 1) as narrativas urbanas literárias como possibilidade de transmissão e de transformação da experiência urbana, utilizando da obra “Bahia de Todos os Santos” de Jorge Amado como ferramenta de apreensão e produção da cidade (JUNIOR, 2023); 2) as narrativas urbanas como dado empírico do pesquisador, narrando sua própria experiência diante dos acontecimentos urbanos (GABRIEL, 2014); e 3) as narrativas urbanas enquanto coleta de dados por meio de conversa com os moradores da cidade de Belo Horizonte a fim de qualificá-los enquanto prática metodológica pertinente e produção do conhecimento (COMPARTH, 2020). Todas as referências apresentadas são do campo da arquitetura e do urbanismo.

No presente artigo, as narrativas urbanas serão entendidas enquanto ferramenta de leitura espacial. Esse procedimento metodológico requer uma série de apontamentos teóricos a fim de desvendar quais são os principais pontos de tensão advindos das intervenções hegemônicas no urbano, por meio dos agentes estatais e mercadológicos, e suas implicações na sociedade civil. Ambos os lados apresentarão suas próprias narrativas, diante das suas ideologias e disputando o poder, inevitavelmente, tensionando as relações. As narrativas urbanas, assim, são as formas de interpretar as intervenções no espaço da cidade e suas implicações na sociedade, que reverberam em forma de discurso.

Os seres humanos são essencialmente interpretativos. Por meio do sistema de significados que estamos inseridos e vivenciamos, nossas ações sociais são interpretadas por outras pessoas. Da mesma forma, também enquadrados nesse sistema que produz sentidos e significados, é que vamos interpretar, codificar, organizar e validar as ações de um indivíduo ou de um grupo. Nesse sentido, nossas culturas, ou seja, nossas formas de observar e interpretar o mundo, contribuem para assegurar que todas as práticas sociais expressam e comunicam um significado, sendo práticas de significação (HALL, 1997). Essas significações sociais, por sua vez, serão as bases para a representação e identificação dos sujeitos. Isso evidencia que a identidade se manifesta no diálogo entre os conceitos e definições que são

representados por nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito. Nossas identidades, culturalmente construídas, reforçarão nossas ações, posicionamentos e práticas no ambiente em que vivemos.

No âmbito do mundo globalizado, as identidades podem ser classificadas enquanto híbridas, diante das influências externas àquelas de nossa própria realidade. Nossas identidades não são essencialmente construídas, mas a partir do coletivo, diante da construção dos sentidos e dos sistemas de significados. Com as influências externas e a rápida circulação de informações, não estamos mais vivendo sob a ótica de adaptar as tradições passadas, mas sim absorvemos diversos estímulos de outras fontes, alheias aos lugares onde vivemos. Segundo Milton Santos (2013), a cultura de massas é indiferente à ecologia social e responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação que é, frequentemente, exterior ao corpo social. O impacto da globalização sobre as identidades, que vão influenciar significativamente em nossas percepções e apropriações em relação ao espaço, são também coordenadas básicas de todos os sistemas de representação.

Sendo assim, estamos suscetíveis a experimentar e importar outras realidades remotas e não nos identificamos isoladamente com os espaços que habitamos. Essa importação de ideias, estilos de vida e forma de uso e apropriação dos espaços que estarão refletidos na paisagem. Afinal, a paisagem exerce papel constitutivo dos processos sociais (DUNCAN, 2004). A tendência de mudanças, muito norteadas pelos discursos da modernização, ficam nítidas para observamos as rugosidades nas paisagens e constroem sistemas de representação.

O ritmo e o impacto da irregularidade das mudanças globais produzem suas próprias resistências localizadas. A globalização não chega para todos da mesma forma, visto os panoramas cruéis dos seus impactos no planeta.<sup>1</sup> Sendo assim, as novas forças e relações postas em movimento por esse processo estão tornando menos nítidos os padrões de significados e as tradições passadas. A cultura é um dos elementos mais dinâmicos e mais imprevisíveis que acompanhamos ao longo da história e de suas implicações no espaço. Dessa

---

<sup>1</sup> Ler a obra de Milton Santos, “Por uma outra globalização”. Também Doreey Massey no texto “Um sentido global do lugar”, onde a autora fala sobre as geometrias desiguais do poder.

forma, as lutas pelo poder não se dão apenas de forma física ou compulsiva, mas, crescentemente, se dão pelo campo simbólico e discursivo.

Para Foucault (1997), discurso é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. Ainda segundo o filósofo, certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. “É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (p. 55).

Para James Duncan (2004), quando falamos do termo “campo discursivo”, estamos nos referindo “a uma classe de discursos opostos constituídos por um conjunto de narrativas, conceitos e ideologias relevantes para um domínio particular de práticas sociais” (p. 103). Ainda segundo o autor, “alguns desses discursos são hegemônicos, enquanto outros são contestatórios” (p. 104).

As narrativas urbanas relatam, inseridas no campo discursivo, tentativas de aproveitamento e de leitura do espaço citadino, assim como da circulação e produção das práticas sociais vigentes. Nesse sentido, as ideologias são inerentes às narrativas, pois elas também são inerentes à própria linguagem e à estrutura narrativa do discurso (DUNCAN, 2004). Também estão inseridas nas narrativas urbanas, inevitavelmente, a disputa pelo poder e de suas territorialidades. O uso do espaço e a forma como ele é reproduzido são as consequências mais explícitas de como se dá o campo de disputa discursivo. As narrativas são construídas, tanto pelos órgãos públicos, pelos agentes do mercado, os atores hegemônicos, e pelos movimentos sociais. Assim, como já observado ao longo da história, se um dos lados dispõe de maiores aparatos e interesses materiais reais e irreconciliáveis, teremos uma disputa desigual pelo poder, na qual o outro grupo, que contesta a hegemonia, luta para não perder sua voz, seus símbolos e suas representações espaciais.

Ao nos debruçarmos sobre a dicotomia entre passado e futuro, encontramos algumas chaves importantes para as narrativas do campo discursivo. Se falarmos brevemente sobre a identidade nacional, ou o mito da construção de uma comunidade nacional<sup>2</sup>, observamos que, por mais que alguns acontecimentos passados sejam considerados e sejam levados à diante

---

<sup>2</sup> Para Stuart Hall (2006) “Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (p. 50).

(símbolos tais como heróis, ritos, linguagem, hinos), muito se deve apagar para a marcha em direção ao futuro. Nessa trajetória, a escolha dos objetos de representação e identificação são escolhidos a partir de ideologias e caminhos traçados. O que não é dito também é uma escolha. O que não é lembrado, ou não é interessante de ser lembrado por entrar em conflito com os novos ideais vigentes, também é fruto de uma escolha. Logo, a construção narrativa é tomada inerente pelo discurso ideológico. A disputa pelo poder fica ainda mais nítida.

Dessa forma, as narrativas tecidas também constroem espaços por meio da indução do que deve ser visto e vislumbrado pela população e do que deve ser escondido para ficar no passado, ou seja, o que é preterido. Nesse sentido, não evidenciar símbolos que podem rememorar o histórico escravocrata de uma nação, por exemplo, é uma decisão político-ideológica. Por outro lado, ao reafirmar o passado histórico presente nos patrimônios e nas janelas arqueológicas dispostos podem ser utilizados para a educação da população, como forma de não repetir trajetórias sombrias e racistas.

Por isso, o resgate dos acontecimentos anteriores, em busca de uma memória urbana e seus registros na paisagem ou na cultura criada no cotidiano, por meio dos patrimônios, se fazem necessários a fim de conferir identidades espaciais. Assim como suas implicações nas relações de poder estabelecidas no tensionamento dos discursos proferidos. As narrativas urbanas em disputa nos remontam a um cenário onde as rápidas transformações e intervenções são colocadas em xeque a todo o momento e devem ser observadas com atenção. Principalmente quando falamos da luta anti-hegemônica, com os símbolos da resistência do povo que ocupou e reside as regiões que passam pelos processos de gentrificação. As memórias coletivas e os patrimônios, então, são elementos necessários e basilares na construção das narrativas urbanas em defesa dos interesses locais e sociais.

### **3. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: DISPUTAS URBANAS**

---

Para entender o porquê de estarmos destacando a importância da memória na construção das narrativas urbanas como ferramenta de leitura do espaço, precisamos resgatar o seu antônimo, o esquecimento, ou o verbo esquecer. A cultura da memória, como mostra Huyssenv (2000), implica em uma relação causal clássica: o que lembrar, e o que esquecer. E mais ainda, a reflexão se estende ao porque lembrar e porque esquecer. E, subsequentemente, o que é fomentado a ser lembrado, e o que é fomentado a ser esquecido. Ao lutar contra o esquecimento de uma parte fundamental da história de construção de uma nação, temos o

contraponto da narrativa escrita e proferida pelos agentes hegemônicos. Dessa forma, haverá argumentos e práticas efetivas para o embate no campo discursivo.

A luta dos movimentos sociais, destacando o papel do movimento negro nesse processo, que confronta as intervenções neoliberais padronizadas e alheias, se refere à disputa pelos valores simbólicos da memória por meio do “reconhecimento da herança cultural e identitária dos africanos escravizados e seus descendentes, bem como a sobrevivência material e imaterial de tal herança, e as identidades associadas” (LA BARRE; LIMA, 2019, p. 234). Assim, ao conquistar posições de referência e dedicar esses lugares àqueles que não tiveram a oportunidade de contar a sua versão da história, temos os lugares de memória (POLAK, 1992).

Os projetos homogeneizantes, reverberados de uma estrutura do capital financeiro-global, que fazem intervenções nas cidades por meio de suas prefeituras, são pontos que tensionam as disputas pelas apropriações simbólicas dos espaços. Assim, esses projetos dinamizam e reestruturam as narrativas urbanas. Por isso, conforme afirma Maurício de Abreu:

Se a instantaneidade das comunicações vem permitindo a homogeneização do espaço global, se ela está contribuindo para que todos os lugares sejam hoje bastante parecidos, se ela vem fazendo com que o lugar esteja hoje em todo lugar, como quer SANTOS (1994: 178), ela também vem dando estímulos para que cada lugar, na busca de sobrevivência e de individualidade, procure se diferenciar o máximo possível dos demais. Em outras palavras, a tendência à abolição do lugar enquanto singularidade reforça justamente a busca desta última. (ABREU, 1998, p. 7)

A busca pela singularidade, ou ainda, pela identidade e individualidade dos lugares, tem se encontrado em destaque nas narrativas urbanas, que se fazem presentes em suas raízes, rememorando o seu passado, mas também duelando para que essas tradições passadas se finque diante das transformações visando a modernização.

É importante lembrar que, apesar do Rio de Janeiro ser hoje visto como polo cultural, ou até mesmo tendo sua imagem vendida dessa forma, além de uma das fontes mais bem abastecidas da repercussão histórica brasileira, muito do que se encontra hoje na sua paisagem são substituições de edificações e estruturas que já não se encontram mais presentes. Vale lembrar do Morro do Castelo, um berço histórico e de memória da cidade, que foi derrubado durante o advento do governo Pereira Passos e sua política higienista. Todavia, hoje, num movimento contrário, apesar de muito da sua paisagem historicamente construída

já ter sido alterada ou até mesmo apagada, existe o engajamento pelo movimento de resgate e preservação do que ainda se encontra disponível, revelando uma mudança de comportamento em como a sociedade e os movimentos organizados se relacionam com as suas memórias.

Entendendo a memória como uma condição biológica e psicológica que retrata o armazenamento e conservação de informações compreendidas, não podemos ter apenas essa abordagem para entender o motivo da sua significação para a identidade dos lugares. Em função disso, podemos e precisamos distinguir a memória individual da memória coletiva. Não que a primeira não possa ajudar nesse processo de identificação para os lugares, mas por definição ela é subjetiva. No espaço da memória individual, por essa denotar subjetividade, “as localizações podem ser fluidas ou deformadas, as escalas podem ser multidimensionais, e a referenciação mais topológica do que geográfica” (ABREU, 1998, p. 11).

Mesmo com sua dimensão individual, a memória possui muitas referências sociais, muitas delas sendo compartilhadas, o que nos dá a permissão de lembrarmos em conjunto, por meio de uma memória compartilhada, a memória coletiva. Maurice Halbwachs, sociólogo e pioneiro das formulações acerca da memória coletiva, afirma que

A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evoluiu segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais o da consciência pessoal. (HALBWACHS, 1990, pp. 53-54).

Ainda segundo Halbwachs, a memória coletiva é um conjunto de lembranças que possui referência e transcende o indivíduo, sendo ela de fruto familiar, grupal e social. Dito isso, sem negar a importância da memória individual, mas sem se sustentar somente nela, a capacidade de se lembrar não se encerra na adesão de um único indivíduo a um determinado espaço apenas nesse objetivo, mas sim na adesão do grupo no qual ele está contido naquele mesmo espaço. Ou seja, do espaço vivido, aquele onde se trabalha, se estuda, se faz presente e no qual se produz. Essa colocação concorda com o que a autora Ana Fani Carlos (2007) nos descreve relatando sobre os usos da cidade ao afirmar que:

[...] a cidade revela-se concretamente através do uso que dá sentido à vida, revelando o conteúdo da prática sócio-espacial. É pelo uso (como ato e atividade) que a vida se realiza e é também através do uso que se constroem os ‘rastros’ que dão sentido a ela, construindo os fundamentos que apóiam a construção da

identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória. (CARLOS, 2007, p. 30).

Sendo assim, para a plena compreensão e contextualização das memórias coletivas, é necessário remeter à experiência social dos indivíduos que construíram e constroem as narrativas que envolvem o espaço. “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, nos diz Halbwachs (1990, p. 143). Nesse sentido, a memória é um fator que está atrelado ao sentimento de pertencimento, a criação de uma identidade em relação ao lugar no qual está situado a sua prática sócio-espacial, sendo coerente e dando continuidade ao que lhe antecedeu. Os sujeitos somente se lembram de um ponto de vista ao qual eles foram pertencentes, por isso, as memórias estão relacionadas a construção de identidades sociais.

Dentro desse contexto, e como forma de resistência, se faz propício analisar o papel da patrimonialização de vestígios memoriais, que impedem os avanços de práticas que buscam ressignificar e remodelar os territórios e fogem do conjunto da identidade dos lugares, ainda que momentaneamente, para dar espaço a um momento de lembranças e redescobertas, inscritas, por meios institucionais, no espaço.

Por isso, além da memória, o patrimônio é um outro componente interessante de ser analisado na construção de identidades e suas territorialidades, implicando diretamente na formulação das narrativas urbanas. Isso porque o patrimônio, ao fazer parte da construção social, pode ser entendido como marcas das diferentes expressões culturais de diferentes grupos sociais, apresentando um valor simbólico e, por isso, dignos de preservação (ARAÚJO, ET AL; 2019).

Sendo assim, o processo de patrimonialização pode servir como um apoio para manter o registro e defesa dos bens simbólicos de grupos marginalizados que, a partir da sua articulação, conseguem resistir às intervenções arbitrárias do urbano neoliberal, ancorando e cristalizando as memórias urbanas. Entretanto, ao longo da história, nem sempre se teve essa percepção acerca dos patrimônios. Pelo contrário, o patrimônio durante muito tempo serviu para proteger os bens das elites e garantir que suas versões da história fossem contadas, o que ainda pode ser percebido atualmente.

O conceito de patrimônio surge no âmbito privado do direito de propriedade e estava ligado diretamente aos interesses e visões aristocráticas. Ou seja, não havia o entendimento de patrimônio público. Contudo, é durante o período do pós-guerras que se reconhece a necessidade de ampliar essa noção e abranger a diversidade que está contida numa nação ao

se falar de patrimônio. As lutas sociais reivindicam novas formas de patrimônio, abrangendo não somente a cultura, mas também a natureza. Como afirmam Funari e Pelegrini:

A ideia de unidade nacional, uma só língua, cultura, origem e território, na base da concepção do patrimônio nacional, era minada no cotidiano das lutas sociais. Os movimentos em defesa do meio ambiente também foram importantes para a ampliação da noção de patrimônio, para que incluísse não apenas a cultura, mas também a natureza. A explosão da definição ampliou os horizontes sociais e legais. Já no fim da década de 1950, a legislação de proteção do patrimônio ampliava-se para o meio ambiente e para os grupos sociais e locais, antes preteridos em benefício da nacionalidade. (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 23).

Dessa forma, o que se entende hoje por patrimônio também passa por um processo de amadurecimento e, por isso, não pode estar apenas restrito a um contexto histórico, reducionista, ao apenas trazer símbolos emblemáticos para determinado recorte cronológico. É preciso levar em consideração também o contexto territorial na valorização dos centros históricos. Sendo assim, o patrimônio passa a ser pautado pelos referenciais culturais dos povos, nas dimensões testemunhais do cotidiano e dos bens intangíveis na construção das identidades dos lugares e suas territorialidades.

Dentro dessa conjuntura, a disputa de narrativas pela construção de um planejamento urbano que sucumbe aos ditames do capitalismo globalizado pode fazer uma leitura espacial que abrange diversas sobreposições e camadas de poder, que se desenvolvem no cotidiano. Diante da territorialização, que compreende as intervenções institucionais no uso do espaço e as suas negociações com aqueles que buscam significar e outras formas de ocupar os espaços, por meio das suas territorialidades, o conceito de território consegue abarcar as vinculações antagônicas e desproporcionais de poder que são exercidas também no campo discursivo.

Ao se falar em território, subentende-se que esse conceito carrega consigo as relações desiguais entre força e poder, assim como do domínio dos discursos e narrativas dos envolvidos, em que formas institucionais intervêm no espaço (HAESBAERT, 2004). Se estamos falando de poder público atrelado às políticas em parcerias público-privadas (PPPs), também podemos dizer que o mercado e seus empresários se colocam dentro dessa disputa pelos controles territoriais. Logo, não estamos diante de apenas uma discussão sobre quais são as representações e simbolismos desempenhados pelos patrimônios, mas daquilo que interessa ao discurso da modernidade e do progresso, em detrimento dos acontecimentos anteriores e as práticas sócio-espaciais sucedidas, por meio da construção cultural e identitária.

O diálogo entre território, cultura, identidades e memórias, leva à tessitura da territorialidade. As territorialidades se configuram no cotidiano, nas práticas sociais dos agentes envolvidos e no lugar habitado, em diálogo com o território vivido, que é construído constantemente. Para Rogério Haesbaert (2004, p. 3) “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais”. Nesse sentido, a luta pela memória e seu reconhecimento, a partir da configuração das identidades e seus patrimônios, se faz pela disputa da narrativa e do discurso, pela importância dos fatos históricos, pelo poder da posse na palavra e suas reivindicações, a fim de que se faça reconhecer o que já é garantido por lei.

Na Constituição Federal de 1988, no art. 216, entende-se como patrimônio cultural brasileiro “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). No entanto, nem todo bem material ou imaterial será reconhecido como valor simbólico por todos os diversos grupos sociais que podem não se sentir representados por esses bens. Por outro lado, não é justo que apenas uma parcela da população, daquela de melhores condições sociais, seja identificada e representada como integrante dessa mesma ideia de nacionalidade. Nesse sentido, as reivindicações de patrimonialização também se encontram inseridas numa disputa simbólica e de narrativas.

Interessante observar o que foi colocado por Marília Cecília Fonseca (2009) ao falar sobre os patrimônios localizados na Praça XV, no centro do Rio de Janeiro. Ao analisar a Praça, palco de acontecimentos históricos ao longo do Brasil Colônia e Império, avistamos como bens materiais tombados o Paço Imperial, sede da Corte, e ao fundo a antiga catedral, hoje a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, atestando o poder da igreja. São esses bens e testemunhos materiais imponentes, que ocupam um espaço na cidade e dizem respeito aos padrões estéticos daquela época. Por outro lado, como a própria autora afirma:

Se, como pesquisas históricas vêm comprovando, o Rio de Janeiro foi uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX, essa informação não ficou registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultural brasileiro, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação. Isso foi agravado pela falta de documentação sobre essa vertente da história do Brasil. (FONSECA, 2009, p. 60).

Esse é um de muitos exemplos de críticas que são feitas aos processos de patrimonialização e tombamento no Brasil, visto que, muitos desses fatos remetem a políticas

de patrimônio conservadoras e elitistas, apresentando resquícios da visão sobre o patrimônio na criação do seu conceito. Os critérios para o tombamento terminam por privilegiar bens que se referem a grupos sociais de origem europeia que, no Brasil, são identificados como a classe dominante. Até mesmo a UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura que, dentre as várias atribuições, é responsável por nomear os chamados Patrimônios da Humanidade, também passaram por essas críticas visto que a maioria dos componentes desse grupo de patrimônios está localizada na Europa. Como forma de buscar mudar a realidade colocada, as reivindicações dos grupos politicamente minoritários fazem surtir efeito e contribuem, ainda, para uma reorientação desses paradigmas, a fim de incorporar, delimitar e preservar os bens da manifestação cultural brasileira ao reconhecer o patrimônio histórico negro (SANTOS, 2022).

Diante do que foi colocado, dentro do contexto das cidades, o patrimônio se faz presente como uma demonstração das camadas de memórias que foram inscritas na paisagem, seja pelos bens materializados ou pela cultura construída no cotidiano dos lugares. Essa última dimensão talvez não esteja ao alcance na percepção daqueles que utilizam o espaço como produto a ser consumido, visto as diretrizes de uma cidade-empresa. Para isso, a preservação do patrimônio intimamente ligado à manutenção da “memória urbana” é parte constituinte da identidade dos espaços e das narrativas urbanas. Essa identidade implica diretamente nas relações de poder que são estabelecidas, e as suas territorialidades, a partir da vivência e do cotidiano, remontando à sensação de pertencimento.

Portanto, é importante não pensar no tombamento dos patrimônios apenas do ponto de vista da proteção física do bem. Para que essa função se cumpra é necessário que a ação de proteger seja acompanhada de ações de identificação e documentação, além das ações de promover e difundir pela sociedade. Essas ações viabilizarão a reapropriação do bem simbólico e, em alguns casos, econômico e funcional do bem preservado, além da significação espacial para aqueles que os frequentam e os observam. Muitos dos patrimônios dispostos na Pequena África ainda carecem de identificação e de explicações sobre os fatos ali ocorridos para a sociedade civil. Não seria esse mais um indicativo de não conciliação do poder público? O que os movimentos têm a dizer? Quais são as narrativas urbanas construídas a partir desses acontecimentos?

#### 4. O CAMPO DISCURSIVO ENTRE O PORTO MARAVILHA E A PEQUENA ÁFRICA

---

No dia 23 de novembro de 2023, simbolicamente três dias após a comemoração do Dia de Zumbi e da Consciência Negra, o prefeito Eduardo Paes esteve presente no centro do Rio de Janeiro para o que seu canal de comunicação oficial nomeou como entrega das obras de revitalização do Cais do Valongo, no Porto Maravilha. Em seu discurso, Paes fez as seguintes colocações:

“Estamos celebrando aqui um momento de consolidação do Cais do Valongo. Essa história começou a ser descoberta há 10 anos e a gente vê agora a transformação desse espaço. Valeu a pena apostar no projeto, pago com Certificados de Potencial Construtivo (Cepacs). Meu agradecimento a toda estrutura do Estado brasileiro: os governos federal e municipal. A Prefeitura vai continuar pagando a conta da manutenção daqui, cuidando do Jardim do Valongo e fazendo com que essa área possa avançar sempre”, afirmou o prefeito Eduardo Paes (2023).



*O Cais como palanque. (FONTE: Site oficial Eduardo Paes, 2023).*

Interessante observar o que o prefeito, que deu início às obras de “requalificação” na Zona Portuária, afirma sobre as Cepacs. O projeto Porto Maravilha, oriundo de uma operação urbana consorciada, tem no seu escopo de objetivos a “recuperação” da área e o investimento em âmbitos de infraestrutura, habitação, cultura e entretenimento, comércio e indústria. Ou pelo menos é a proposta publicizada em sua construção narrativa. Da venda desses certificados de potencial construtivo, que são títulos usados para custear operações urbanas que recuperam “áreas degradadas nas cidades”, apenas 3% do valor arrecadado são obrigatoriamente investidos na valorização do patrimônio material e imaterial da área. Assim,

embora esteja prevista a destinação de 3% do valor da comercialização dos Cepacs para o eixo cultural do Porto Maravilha, “os dados apontam para práticas que parecem fundamentais no processo de “enquadramento” (POLLAK, 1992) de uma memória afrodescendente na localidade, que é consoante com a imagem de cidade que se quer produzir” (PINHEIRO; CARNEIRO, 2016). Além disso, essas obras de investimento só ocorreram depois de muita insistência e reivindicação dos movimentos sociais presentes na localidade. Mesmo 10 anos após a descoberta, o Cais do Valongo passou por diversos episódios de alagamento devido a ineficácia na drenagem da água da chuva.

A exploração econômica do patrimônio material e imaterial, a partir dos “princípios de sustentabilidade” e “inclusão e desenvolvimento social”, como divulgado pela Revista Porto Maravilha (2011, p. 5), é uma das linhas de ação do Programa Porto Cultural. Ao considerar a relação entre economia e cultura, podemos entender que a ideologia da “revitalização”, que prevalece no discurso da atual gestão do Rio de Janeiro, a política de restauração dos patrimônios disponível, nesse caso, do Cais do Valongo, não está necessariamente voltada para a identidade étnico-racial da Pequena África. Mas sim, são aplicadas para obtenção de recursos por meio da formação e uso do patrimônio, que passa a ser concebida enquanto mercadoria cultural e sendo visada enquanto atração turística (LEITE, 2007).

A Zona Portuária do Rio de Janeiro, tinha se tornado, aos olhos do mercado, um lugar obsoleto e não atrativo suficiente ou de dinamismo relevante para a acumulação do capital em tempos de globalização. Dessa forma, o objetivo foi criar uma nova imagem urbana, para potencializar a atração de visitantes e investimentos para a área. Para isso, estratégias empreendedoras foram aplicadas na gestão urbana, de modo que a administração de negócios públicos passou a se basear numa racionalidade empresarial (COMPANS, 2005).

Sob discurso de modernização da cidade e intervenções com a finalidade de recuperar e melhorar a imagem do Rio de Janeiro, foi introduzido o processo de “revitalização” na Pequena África. As intervenções que buscam dar uma nova funcionalidade àquelas formas e estruturas que se tornaram obsoletas com o tempo e atrair novos investimentos, não é um fenômeno específico do caso carioca. “O discurso para essas realizações muitas vezes é acompanhado da prerrogativa de “necessárias” buscas pela modernização” (TAUMATURGO, 2019, p. 4). Os centros urbanos são locais propícios para essas intervenções sob a ótica da modernidade, pois já são dotados de uma infraestrutura, de serviços e transportes coletivos. Todavia, a revitalização não ocasiona necessariamente melhorias na condição de vida e

moradia da população local. O próprio termo “revitalização” se impõe como um excludente às vidas que residem nos perímetros circunscritos no processo pois, ao revitalizar uma região, busca-se, por meio de decisões estatais e das grandes corporações internacionais do setor privado, um outro perfil de moradores, ou ainda, de outro mercado consumidor do espaço urbano. Dessa forma, os processos que se desdobram na revitalização, ou na refuncionalização espacial, concordando com o colocado por Taumaturgo (2019), resultam na gentrificação ou enobrecimento, tanto das áreas em que as obras são efetuadas como no seu entorno.

Em outra análise, a autora Ana Fani Carlos (2007, p. 89) compreende que os processos de “revitalização” produzem a revalorização dos lugares na metrópole e “revitalizam a propriedade” ao ter como objetivo erradicar a pobreza e expulsar o pobre. Assim, “revitalizar” “produz a assepsia dos lugares, pois o ‘degradado’ é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; [...]”.



O Cais enquanto descaso. (Foto: Gabriel de Paiva; FONTE: Jornal Extra, 2022)

Mesmo com esse grande aparato de informações pertinentes a utilização da linguagem em relação às intervenções na Pequena África, veículos midiáticos ainda insistem na utilização de termos inoportunos ao se referir a Zona Portuária do Rio de Janeiro. Ao discorrer sobre um acordo entre o âmbito federal e municipal a fim de dar continuidade às premissas do projeto Porto Maravilha, observamos o seguinte parágrafo:

“A expectativa da prefeitura é que o acordo acelere o lançamento de empreendimentos na região. As novas unidades habitacionais são uma premissa do projeto de reabitar a área atualmente abandonada. Novos empreendimentos residenciais começaram a ser planejados para o porto nos últimos meses, mas o

objetivo é ampliar o interesse do mercado, reduzindo o custo para os investimentos.”  
(Jornal Folha de São Paulo, 9 de agosto de 2023).

Ao se referir a Zona Portuária, o artigo afirma que esta área está atualmente abandonada e a operação consorciada tem como premissa reabilitá-la. Essa afirmação é no mínimo desrespeitosa à população residente dos perímetros circunscritos para a execução do projeto Porto Maravilha. Além de ser de demonstrar desconhecimento sobre as dinâmicas populacionais e práticas sociais vigentes na localidade que abrange os bairros Centro, Saúde, Gamboa, Santo Cristo, São Cristóvão e Caju. Termos como “reabilitação” e “revitalização” são muitos caros no que diz respeito ao campo discursivo que inclui as dinâmicas entre o Porto Maravilha e a Pequena África. Essas palavras são excludentes, apagam históricos e afirmam com naturalidade a tentativa de mudança de perfil do morador. No entanto, ao citar o processo de revitalização do Porto do Rio de Janeiro é importante entender que a consequência enquanto gentrificação não significa, necessariamente, a vinda da classe dominante para a área somente para moradia. A implementação de infraestrutura prevista pelo projeto Porto Maravilha, o incentivo aos grandes empreendimentos internacionais e a construção de um conjunto de aparatos comerciais e culturais voltados para o turismo “aumentam a possibilidade de aproveitamento desse espaço por empresários de diversos setores” (SILVA, 2012, p. 68).

Os conflitos narrativos do discurso midiático e hegemônico também recaem sobre a população que segue marginalizada mesmo após anos desde a abolição da escravatura. O compositor, cantor e pintor negro Heitor dos Prazeres que denominou a região central como “África em Miniatura” e, posteriormente, ficou conhecida como “Pequena África”, também abriga simbolismos e identificações que são atribuídas à população preta e aos seus movimentos sociais. Foi na Pequena África também que a presença negra se materializou por meio das práticas culturais e religiosas que se tornaram símbolos, não apenas para essa categoria, mas também para a cidade do Rio de Janeiro e para o Brasil, como o samba e o carnaval.

Nesse caso, ao nos voltarmos para a Pequena África, o planejamento urbano vigente desconfigura e remaneja os movimentos da cidade em prol de um projeto neoliberal que se apropria de simbolismos. Os atos de refuncionalização e comercialização dos lugares de memória não são práticas estranhas em escala global. Como consequência, cria-se um ponto de tensão entre as memórias vinculadas a essa região e às intervenções urbanísticas que são

circunscritas nesse espaço. Os discursos do projeto Porto Maravilha, sob a administração da CDURP, com o objetivo de vender a modernidade e o progresso, ultrapassam e tentam sobrepor, ou até mesmo buscam apropriar, as memórias e identidades que fazem parte do cotidiano e da evolução da Zona Portuária carioca.

Por meio desse processo, a expropriação daqueles que produziram suas práticas sociais no espaço da região central do Rio de Janeiro, principalmente ligados ao processo de gentrificação, com remoções e transformações no âmbito da cidade, não são respeitadas. As memórias desvalorizadas, no seu sentido simbólico, são mensuradas pelo mercado a fim de se gerar lucros. Para Bruno Franco de Jesus (2022, p. 184),

[..] apontamos a política de branqueamento como projeto endossado institucional e culturalmente a partir também da reconfiguração da história dos espaços e da consequente deturpação da verdadeira história e apagamento da memória do povo negro e de seu papel na construção das – hoje – grandes metrópoles.

Diante disso, pode-se observar uma continuidade ao projeto de apagamento da memória das pessoas que foram a maior parte da população dessa área e que dão origem e embasamento para o nome dado simbolicamente a essa região, de Pequena África. Logo, retirar essas pessoas de suas moradias do centro e trazer outras vidas por meio da “revitalização” escancara um processo de branqueamento do território e desvinculação daqueles que ali construíram suas relações e produziram suas marcas espaciais, desvinculando-os também, de suas memórias coletivas e afetivas. A história se repete se pensarmos naqueles que foram capturados e trazidos à força no sequestro transatlântico. Os africanos que foram retirados de seus lares, ao chegarem em solo brasileiro, tiveram que se desfazer de todos os seus adornos e adereços, para se tornarem mercadorias.

A arqueóloga Tânia de Lima (2013), sobre as memórias e objetos encontrados no sítio arqueológico do Cais do Valongo, afirma:

Sem condições de escrever sua própria história, os escravos do Valongo deixaram para trás esses objetos, perdidos, abandonados, esquecidos ou escondidos. Através dos seus pertences, eles falam sobre suas angústias, seu desespero, mas também sobre suas esperanças e sobre as estratégias de sobrevivência que desenvolveram, em um discurso silencioso, porém extremamente eloquente. Essa foi a herança que eles puderam deixar para a sua descendência e também para a posteridade, agora recuperada pelas escavações arqueológicas (LIMA, 2013, p. 186).

O respeito às tradições e à ancestralidade também são reivindicações dos movimentos religiosos. O Cais do Valongo também é um local sagrado para as divindades africanas. Todos os anos acontece a Lavagem do Cais, uma cerimônia de profundo significado que celebra a ancestralidade dos povos africanos que foram escravizados e chegaram ao Brasil pelo histórico porto. A Lavagem do Cais do Valongo, que acontece desde 2012, é organizada pela ialorixá Edelzuita de Oxalá, presidente do Instituto Nacional e Órgão Supremo Sacerdotal da Tradição e Cultura Afro-Brasileira, e simboliza a purificação nas primeiras religiões do mundo.



O Cais enquanto sagrado (FONTE: Jornal do Brasil, 2019).

Lideranças do candomblé e da umbanda são quem organizam e coordenam esse momento de respeito àqueles que vieram antes e suas memórias. Simbolicamente, as mães de santo jogam água de cheiro e abraçam o monumento. As narrativas urbanas também possuem sua dimensão religiosa. Por isso, clamar pela proteção e atenção do poder público para o monumento é também respeitar o sagrado das religiões de matriz africana.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Em suma, a análise das transformações urbanas no contexto do Projeto Porto Maravilha revela as complexas dinâmicas que permeiam o cenário urbano contemporâneo à nível global. Ao examinar as narrativas construídas em torno das intervenções governamentais de revitalização urbana e das resistências das comunidades locais, pudemos compreender melhor as tensões e os interesses em jogo. Fica nítido que as intervenções urbanas não são apenas questões técnicas, mas sim processos profundamente enraizados em relações de poder e representações sociais. As narrativas produzidas pelo governo, pela mídia

e pelos movimentos sociais desempenham um papel crucial na moldagem da percepção pública e na legitimação ou contestação dessas intervenções na cidade.

Além disso, destaca-se a importância de considerar as perspectivas e experiências das comunidades locais, especialmente aquelas historicamente marginalizadas, como as da Pequena África. A resistência dessas comunidades não apenas questiona as agendas de revitalização urbana, mas também reivindica a preservação de identidades socioespaciais e memórias culturais.

Portanto, este estudo não apenas contribui para uma compreensão mais profunda das transformações urbanas no Rio de Janeiro, mas também lança luz sobre os desafios e possibilidades de uma abordagem mais inclusiva e participativa na gestão do espaço urbano. É essencial que as narrativas urbanas futuristas considerem as vozes e necessidades das comunidades locais, a fim de promover uma cidade mais justa, equitativa, participativa e representativa para todos os seus habitantes.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**. v.3, n.4, p. 5-26. 1998.
- ANDRADE LIMA, Tânia. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, jan- jul,177-207, 2013.
- ARAÚJO, Jefferson Tomaz de. et. al. Paisagem, patrimônio e intervenções neoliberais: as distintas faces dos espaços opacos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: XXIII Congreso de la Asociación de Escuelas y Facultades públicas de Arquitectura de América del Sur, 2019, Belo Horizonte. **Anais del XXIII Congreso de la Asociación de Escuelas y Facultades públicas de Arquitectura de América del Sur**. Campinas: Galoá, v. 1, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988
- CARLOS, Ana Fani Alessandra. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CDURP. Editorial. **Revista Porto Maravilha**, Rio de Janeiro, n. 4: 03, 2011. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/14677946/revista-porto-maravilha-4-abril-2011>. Acesso em: 29 de janeiro de 2024.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- COMPARTH, Fernanda. Narrativas urbanas como ferramenta para apreender a cidade: reflexões metodológicas. A: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "**XII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020**". São Paulo: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020, DOI 10.5821/siiu.9809.
- DUNCAN, James. A paisagem como um sistema de criação de signos. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma percepção ampla do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- GABRIEL, Letícia de Castro. **Entre a regularidade no centro e a ocasionalidade na borda: narrativas urbanas nos espaços públicos da área central de Santa Maria-RS**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2014. 289 p.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: Conferência, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Revista Educação e Realidade**, v. 22, n. 2, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JESUS, Bruno Franco de. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE-Rio) e as relações de poder no território: branqueamento e resistência. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Orgs). **Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África [recurso eletrônico]**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 178-187.
- JUNIOR, Osnildo Adão Wan-Dall. Narrativas urbanas literárias como apreensão e produção da cidade contemporânea: Uma leitura do Guia de ruas e mistérios da Bahia de Todos os Santos. **redobra**. n. 14. ano 8, 2023. pp. 183-199.
- LA BARRE, Jorge de; LIMA, Karine Pereira Ribeiro de. **Memórias portuárias em disputa: (re)leituras do Porto Maravilha**. cadernos de campo, vol. 28, n.1, p. 227-248. 2019.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Pequena África: um território negro na área central do Rio de Janeiro In: SANTOS, Renato Emerson dos (Orgs). **Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África [recurso eletrônico]**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 178-187.
- SILVA, Eduardo Pontes Gomes da. **Análise da gestão urbana no Rio de Janeiro na era Cesar Maia e Eduardo Paes à luz do conceito do regime urbano**. 2018. 445 f. Tese (Doutor em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- TAUMATURGO, Felipe. De um “Porto-Labirinto”: memórias, conflitos e utopias na Área Central do Rio de Janeiro. In: **Porto Maravilha 10 anos: passado, presente e futuro da Zona Portuária**, 2019.